

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	33
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	716.533.334
Preferenciais	1.433.066.666
<b>Total</b>	<b>2.149.600.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	640.692	630.279
1.01	Ativo Circulante	97.558	121.050
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.850	85.666
1.01.03	Contas a Receber	30.621	28.820
1.01.03.01	Clientes	30.621	28.820
1.01.03.01.01	Contas a Receber	2.994	3.626
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	27.627	25.194
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.330	116
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.330	116
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.498	3.628
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.259	2.820
1.02	Ativo Não Circulante	543.134	509.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.791	1.891
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.791	1.891
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.791	1.891
1.02.03	Imobilizado	25.345	26.715
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.955	23.290
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.390	3.425
1.02.04	Intangível	515.998	480.623

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	640.692	630.279
2.01	Passivo Circulante	119.526	176.482
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.292	7.470
2.01.01.01	Obrigações Sociais	817	922
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.475	6.548
2.01.02	Fornecedores	14.099	11.397
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.074	11.303
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	25	94
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.697	54.244
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.846	51.316
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.851	2.928
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.293	60.440
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	87	427
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	87	427
2.01.04.02	Debêntures	5.206	60.013
2.01.05	Outras Obrigações	22.593	20.250
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.246	8.424
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	11.246	8.424
2.01.05.02	Outros	11.347	11.826
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	9.396	9.000
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	1.951	2.826
2.01.06	Provisões	14.552	22.681
2.01.06.02	Outras Provisões	14.552	22.681
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	14.552	22.681
2.02	Passivo Não Circulante	203.587	249.422
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	120.102	177.017
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	102	145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	102	145
2.02.01.02	Debêntures	120.000	176.872
2.02.03	Tributos Diferidos	489	13.109
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	489	13.109
2.02.04	Provisões	82.996	59.296
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	582	699
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	330	340
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	252	359
2.02.04.02	Outras Provisões	82.414	58.597
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	82.414	58.597
2.03	Patrimônio Líquido	317.579	204.375
2.03.01	Capital Social Realizado	129.970	129.970
2.03.04	Reservas de Lucros	22.850	74.405
2.03.04.01	Reserva Legal	18.482	18.482
2.03.04.02	Reserva Estatutária	4.368	4.368
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	51.555
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	164.759	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	170.073	509.363	158.029	441.367
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-74.160	-215.784	-52.003	-146.541
3.02.01	Custo de Construção	-21.780	-61.022	-13.426	-33.374
3.02.02	Provisão de Manutenção	-16.372	-48.494	-7.021	-20.526
3.02.03	Depreciação e amortização	-13.861	-40.543	-11.687	-34.990
3.02.04	Custos e obrigações com o poder concedente	-3.370	-11.040	-2.878	-8.501
3.02.05	Serviços	-8.828	-24.133	-7.252	-19.025
3.02.06	Custo com pessoal	-6.619	-20.747	-6.865	-21.695
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-1.973	-6.027	-2.064	-6.230
3.02.08	Outros	-1.357	-3.778	-810	-2.200
3.03	Resultado Bruto	95.913	293.579	106.026	294.826
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.011	-29.138	-9.893	-26.273
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.966	-29.039	-9.987	-26.391
3.04.02.01	Serviços	-3.894	-10.510	-3.562	-9.834
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-862	-1.892	-249	-662
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-3.072	-10.228	-3.151	-8.676
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-67	-405	-200	-570
3.04.02.05	Outros	-2.071	-6.004	-2.825	-6.649
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4	124	118	474
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-49	-223	-24	-356
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.902	264.441	96.133	268.553
3.06	Resultado Financeiro	-3.783	-15.150	-4.308	-14.946
3.06.01	Receitas Financeiras	1.536	5.594	14.530	34.918
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.319	-20.744	-18.838	-49.864
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	82.119	249.291	91.825	253.607
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.718	-84.532	-30.983	-85.996
3.08.01	Corrente	-32.500	-97.152	-32.997	-90.079
3.08.02	Diferido	4.782	12.620	2.014	4.083

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.401	164.759	60.842	167.611
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.401	164.759	60.842	167.611
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02531	0,07665	0,02830	0,07797
3.99.01.02	PN	0,02531	0,07665	0,02830	0,07797
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02531	0,07665	0,02830	0,07797
3.99.02.02	PN	0,02531	0,07665	0,02830	0,07797

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	54.401	164.759	60.842	167.611
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.401	164.759	60.842	167.611

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2014 à 30/09/2014	01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	225.728	221.693
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	264.906	240.878
6.01.01.01	Lucro líquido do Período	164.759	167.611
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-12.620	-4.083
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	42.435	35.652
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	223	356
6.01.01.08	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	0	8.545
6.01.01.09	Juros e Var. Monetária / Debent. Emprést. Arred.	15.230	11.800
6.01.01.11	Capitalização de Custo de Empréstimos	-2.824	-756
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	48.494	20.526
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente Provisão Manutenção	7.758	6.716
6.01.01.14	Constituição (Rev.) da provisão para riscos cíveis	1.448	89
6.01.01.15	Constituição da Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosas	3	0
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	0	-5.578
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.178	-19.185
6.01.02.01	Contas à Receber	629	-1.291
6.01.02.02	Partes Relacionadas - Ativo	-2.433	-2.857
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-1.214	458
6.01.02.06	Despesas Antecipadas e Outros	1.791	-831
6.01.02.08	Fornecedores	2.414	1.394
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	968	960
6.01.02.10	Imp. Contrib a Recolher / Parc. e Prov. p/ IR e CS	96.805	88.734
6.01.02.11	Pagamentos com IR e CS	-96.352	-87.413
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-40.564	-21.613
6.01.02.14	Obrigações Sociais e Trabalhistas	822	1.203
6.01.02.15	Outras Contas a pagar	-479	2.071
6.01.02.16	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas	-1.565	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71.697	-37.204
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.073	-3.832
6.02.03	Aquisição de Ativo Intangível	-67.624	-33.372
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.847	-80.714
6.03.05	Emprést, Financiam. Debent. Arrend. Merc (Pag. Principal)	-114.722	-29.597
6.03.06	Emprést., Financiam. Debentures Arrend. Merc. (Pag Juros)	-12.570	-7.617
6.03.08	Liquidações das Operações com Derivativos	0	-1.584
6.03.09	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-51.555	-41.916
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.816	103.775
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	85.666	82.298
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.850	186.073



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-51.555	0	0	-51.555
5.04.06	Dividendos	0	0	-51.555	0	0	-51.555
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.759	0	164.759
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.759	0	164.759
5.07	Saldos Finais	129.970	0	22.850	164.759	0	317.579

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	114.800	0	68.175	0	0	182.975
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	114.800	0	68.175	0	0	182.975
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-41.916	0	0	-41.916
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.916	0	0	-41.916
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	167.611	0	167.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	167.611	0	167.611
5.07	Saldos Finais	114.800	0	26.259	167.611	0	308.670

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	555.142	481.135
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	544.047	472.468
7.01.02	Outras Receitas	11.095	8.667
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-171.324	-106.478
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.473	-35.153
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.335	-17.425
7.02.04	Outros	-109.516	-53.900
7.02.04.01	Custos de Construção	-61.022	-33.374
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-48.494	-20.526
7.03	Valor Adicionado Bruto	383.818	374.657
7.04	Retenções	-42.435	-35.652
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.435	-35.652
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	341.383	339.005
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.594	34.918
7.06.02	Receitas Financeiras	5.594	34.918
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	346.977	373.923
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	346.977	373.923
7.08.01	Pessoal	27.131	26.578
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.667	20.528
7.08.01.02	Benefícios	6.341	4.928
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.022	988
7.08.01.04	Outros	101	134
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	131.155	128.822
7.08.02.01	Federais	106.530	106.370
7.08.02.02	Estaduais	106	84
7.08.02.03	Municipais	24.519	22.368
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.932	50.912
7.08.03.01	Juros	23.345	50.385
7.08.03.02	Aluguéis	587	527
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	164.759	167.611
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	164.759	167.611

## Comentário do Desempenho

### ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL.

**Julho a Setembro/2014**

As informações financeiras abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 3T14.

#### 1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

<b>Em unidades</b>	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
Veículos equivalentes (Veq1)	22.371.877	23.120.413	-3,2%
Veículos leves (Equivalentes )	4.321.627	4.213.749	2,6%
Veículos pesados (Equivalentes )	18.050.250	18.906.664	-4,5%

(Veq1) – Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Avaliação – Variação de Tráfego (real 2014/2013)

O tráfego de veículos equivalentes apresentou um recuo de -3,2% no 3ºT14 sobre o mesmo período de 2013. Os últimos três meses refletem a baixa exportação da *commodity* milho, que no ano de 2013 foi recorde, influenciando diretamente a categoria de pesados. A categoria de leves continua em alta.

#### 2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 01 de dezembro de 2013, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na Cláusula acima.

#### 3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

##### Receita bruta operacional

<b>Receita bruta operacional(R\$ mil)</b>	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
Receita de pedágio	159.713	155.809	2,5%
Receita acessórias	2.761	2.629	5,0%
<b>Receita bruta operacional total</b>	<b>162.474</b>	<b>158.438</b>	<b>2,5%</b>

##### Receita de construção

<b>Receita bruta de construção(R\$ mi)</b>	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
<b>Total</b>	<b>21.780</b>	<b>13.425</b>	<b>62,2%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

## Comentário do Desempenho

O 3T14 apresentou um aumento da receita de construção devido às obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa e Apucarana, e PR151, região de Jaguariaíva, conforme cronograma de investimentos aprovados pelo Poder Concedente.

### 4. Receita líquida operacional

<b>Receita operacional líquida(R\$ mil)</b>	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
Receita de pedágio	159.713	155.809	2,5%
Receita acessórias	2.761	2.629	5,0%
Tributos (PIS, Cofins, ISS)	-14.030	-13.695	2,4%
Devoluções e abatimentos	-151	-140	7,9%
<b>Receita operacional líquida total</b>	<b>148.293</b>	<b>144.603</b>	<b>2,6%</b>

A Receita líquida operacional do 3T14 (desconsiderando a receita de construção) ficou 2,6% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas, principalmente, pelo reajuste contratual da tarifa básica de 2013, ocorrido em 1º de dezembro de 2013, em 5,72% e pelo desempenho de tráfego.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 2,4% no 3T14, em relação ao 3T13, totalizando o valor de R\$ 14.030 milhões.

### 5. Custos e despesas totais

<b>Custos e despesas (R\$ mil)</b>	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
Custos	74.160	52.003	42,6%
Despesas	9.966	9.987	-0,2%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>84.126</b>	<b>61.990</b>	<b>35,7%</b>

Os custos e despesas no 3T14 foram 35,7% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação ocorrida deve-se principalmente ao incremento do custo de construção decorrente das obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa e Apucarana, e PR151, região de Jaguariaíva, e ainda as obras de manutenção realizadas, cumprindo o cronograma de investimentos aprovado pelo Poder Concedente.

### 6. Resultado financeiro líquido

	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
Receitas financeiras	1.536	14.530	-89,4%
Despesas financeiras	-5.319	-18.838	-71,8%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-3.783</b>	<b>-4.308</b>	<b>-12,2%</b>

O resultado financeiro líquido no 3T14 foi de -12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete o decréscimo das receitas financeiras devido ao saldo de caixa menor e ainda a diminuição das despesas financeiras geradas por conta das amortizações dos saldos devedores.

## Comentário do Desempenho

### 7. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo rigorosamente cronograma de Investimentos do Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa, Apucarana e PR151, região de Jaguariaíva.

### 8. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário

<b>Total de acidentes (unidades)</b>	<b>3ºT14</b>	<b>3ºT13</b>	<b>Var%</b>
Índice de acidentes (Ia) *	1,453	1,613	-9,92%
Índice de feridos (If) **	60,947	79,793	-23,62%

\*Ia= (nº de acidentes x 106) / (Extensão x VDM x Período)

\*\* If = (nº de Vítimas feridas x 108 )/ (Extensão x VDM x Período)

### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de Setembro 2014

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

##### a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 5 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

##### b. Discussões em juízo com o Poder Concedente

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o período de nove meses corrente, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, exceto as citadas abaixo:

##### i. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”), tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

##### ii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei n.º 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

Em 14 de agosto de 2014 foi deferido novo prazo de suspensão do feito diante da possibilidade de acordo.

## Notas Explicativas

### iii. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Desde o ano de 2003, a Companhia vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 e 2004 estão em fase de instrução; as de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2010, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

Todas as ações encontram-se no CEJUSCON - Centro Judiciário de Soluções e Conflitos e Cidadania da Justiça Federal visando celebração de acordo em todos os casos.

### iv. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, foi proferido despacho em 16 de setembro de 2013, suspendendo o processo por 90 (noventa) dias. Em 29 de janeiro de 2014 a RodoNorte protocolou petição pedindo o prosseguimento do feito para a realização de perícia de engenharia. O processo encontra-se na fase de instrução.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.



## Notas Explicativas

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração pretende não fazer a opção pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicável, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de outubro de 2014.

Para fins de melhor comparabilidade das ITR, foi efetuada a reclassificação dos juros capitalizados na Demonstração do Valor Adicionado de 30 de setembro de 2013 de Remuneração de Capitais de Terceiros para Outras Receitas, no montante de R\$ 756.

### 3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 21.968, substancialmente decorrente de suas atividades operacionais. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixas e bancos	1.079	4.217
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>59.771</u>	<u>81.449</u>
	<u>60.850</u>	<u>85.666</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,73% do CDI, equivalente a 10,61% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias	801	2.151
Pedágio eletrônico – outros	2.196	1.475
	<u>2.997</u>	<u>3.626</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(3)	-
	<u>2.994</u>	<u>3.626</u>
<b>Não Circulante</b>		
Receitas acessórias	2.118	2.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(2.118)	(2.118)
	<u>-</u>	<u>-</u>

### Idade de vencimento dos títulos

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos a vencer	2.955	3.528
Créditos vencidos até 60 dias	36	98
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	3	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	3	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.118	2.118
	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u>5.115</u>	<u>5.744</u>

- (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	<b>01/07/2014 a 30/09/2014</b>	<b>01/01/2014 a 30/09/2014</b>	<b>01/07/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/01/2013 a 30/09/2013</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	82.119	249.291	91.825	253.607
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(27.921)	(84.759)	(31.221)	(86.226)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>				
Despesas com brindes e associações de classe	(16)	(42)	(134)	(297)
Despesas indedutíveis	(124)	(420)	(22)	(97)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(38)	(293)	(41)	(326)
Incentivo fiscal de dedução do imposto de renda	381	982	435	950
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(27.718)</b>	<b>(84.532)</b>	<b>(30.983)</b>	<b>(85.996)</b>
Impostos correntes	(32.500)	(97.152)	(32.997)	(90.079)
Impostos diferidos	4.782	12.620	2.014	4.083
	<b>(27.718)</b>	<b>(84.532)</b>	<b>(30.983)</b>	<b>(85.996)</b>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

**b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<b>30/09/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Bases ativas</b>		
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (a)	58.415	53.547
Constituição da provisão de manutenção (b)	32.968	27.635
Depreciação de obras lançadas no custo (c)	7.036	7.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	721	721
Provisão para participação nos resultados (PLR)	676	849
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	198	238
Outras	915	778
	<b>100.929</b>	<b>91.565</b>
<b>Bases passivas</b>		
Custo de empréstimos capitalizados (d)	(8.474)	(8.212)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)	(92.219)	(95.736)
Outros	(725)	(726)
	<b>(101.418)</b>	<b>(104.674)</b>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<b>(489)</b>	<b>(13.109)</b>

- (a) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (c) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;

## Notas Explicativas

- (d) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07; e
- (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas e são assim demonstradas:

	<b>Saldos</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
	<b>Conta a receber</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>		
CCR (a)	-	399
<b>Coligadas</b>		
CPC (b)	3	580
STP / CGMP / SGMP ( c )	27.620	-
Ponte Rio Niterói	1	-
MS Vias	3	-
Andrade Gutierrez Concessões (d)	-	1.291
Camargo Corrêa S.A. (d)	-	1.142
Cesbe (e)	-	97
J.Malucelli (d)	-	7.737
Total, 30 de setembro de 2014	<u>27.627</u>	<u>11.246</u>
Total, 31 de dezembro de 2013	<u>25.194</u>	<u>8.424</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Transações</b>			
	<b>01/07/2014 a 30/09/2014</b>		<b>01/01/2014 a 30/09/2014</b>	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
<b>Controladora</b>				
CCR (a)	1.274	-	3.822	-
<b>Coligadas</b>				
CPC (b)	1.567	-	4.703	-
J.Malucelli (d)	-	22.492	-	58.351
Total, 30 de setembro de 2014	<u>2.841</u>	<u>22.492</u>	<u>8.525</u>	<u>58.351</u>
Total, 01 de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013	<u>2.674</u>	<u>14.009</u>		
Total, 01 de janeiro de 2013 a 30 de setembro de 2013			<u>7.993</u>	<u>39.088</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Remuneração dos administradores (f)	549	602

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.500, a qual não inclui os encargos sociais.

**Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>01/07/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/09/2013</u>
Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	301	940	382	1.032
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado (g)	152	1.350	121	960
Previdência privada	20	67	13	36
Seguro de vida	1	3	2	5
	<u>474</u>	<u>2.360</u>	<u>518</u>	<u>2.033</u>

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para a companhia no período subsequente;

**Notas Explicativas**

- (d) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (e) Refere-se a saldo de dividendos a pagar;
- (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- (g) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013.

**10. Ativo imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	30/09/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	2.743	(1.430)	1.313	2.305	(1.371)	934
Máquinas e equipamentos	15	7.496	(4.626)	2.870	7.393	(4.310)	3.083
Veículos	20	14.816	(7.495)	7.321	13.365	(6.618)	6.747
Instalações e Edificações	6	966	(932)	34	269	(78)	191
Sistemas operacionais	13	27.997	(15.580)	12.417	25.495	(13.160)	12.335
Imobilizações em andamento	-	1.390	-	1.390	3.425	-	3.425
		<u>55.408</u>	<u>(30.063)</u>	<u>25.345</u>	<u>52.252</u>	<u>(25.537)</u>	<u>26.715</u>

**Movimentação do custo**

	31/12/2013		30/09/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.305	-	(120)	558	2.743
Máquinas e equipamentos	7.393	-	(303)	406	7.496
Veículos	13.365	31	(202)	1.622	14.816
Instalações e Edificações	269	-	-	697	966
Sistemas operacionais	25.495	-	(151)	2.653	27.997
Imobilizações em andamento	3.425	4.111	-	(6.146)	1.390
	<u>52.252</u>	<u>4.142</u>	<u>(776)</u>	<u>(210)</u>	<u>55.408</u>
	<b>31/12/2012</b>		<b>30/09/2013</b>		
Movimento em 2013	<u>52.435</u>	<u>3.866</u>	<u>(4.797)</u>	<u>(467)</u>	<u>51.037</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 69 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 (R\$ 34 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de 0,59% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,24% a.m. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.



## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	31/12/2013		30/09/2014	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(304.975)	(36.804)	29	(341.750)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.196)	(528)	-	(4.724)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(947)	(54)	1	(1.000)
	<u>(310.118)</u>	<u>(37.386)</u>	<u>30</u>	<u>(347.474)</u>
			<b>30/09/2013</b>	
Movimento em 2013	<u>(266.834)</u>	<u>(31.876)</u>	<u>57</u>	<u>(298.653)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.755 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 (R\$ 722 no período findo em 30 de setembro de 2013). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 foi de 0,59% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 2,1986% a.m. no período de nove meses de 2013.

## 12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	30/09/2014	31/12/2013
<b>Em moeda nacional</b>				
Alfa S.A. (Finame)	7,7% a.a.	Junho de 2017	160	204 (a)
Banco Bradesco S/A (Finame)	7% a.a.	Outubro de 2014	29	368 (a)
<b>Total geral</b>			<u>189</u>	<u>572</u>
			<b>30/09/2014</b>	
<b>Circulante</b>			<u>87</u>	<u>427</u>
Total financiamentos				
<b>Não circulante</b>			<u>102</u>	<u>145</u>
Total financiamentos				

Neste período findo em 30 de setembro de 2014, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

### Garantias:

(a) Bens financiados.

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2014
2015	14
2016	58
2017	30
	<u>102</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.



## Notas Explicativas

### 13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/09/2014	Vencimento final	30/09/2014	31/12/2013
2a Emissão - Série única	115,50% do CDI	0,202% (b)	1.647	-	Novembro de 2015	-	115.445 (a)
3a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,135% (b)	243	108	Novembro de 2015	125.206	121.440 (a)
<b>Total geral</b>				<u>108</u>		<u>125.206</u>	<u>236.885</u>
						<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						5.314	60.205
Custos de transação						(108)	(192)
						<u>5.206</u>	<u>60.013</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						120.000	177.100
Custos de transação						-	(228)
						<u>120.000</u>	<u>176.872</u>

(a) Não existem garantias.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Em 15 de maio de 2014, foi liquidada a série única da 2ª emissão de debêntures.

#### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2014</u>
<b>2015</b>	<u>120.000</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regulamente. Não existem cláusulas de repactuação.

### 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

**Notas Explicativas**

	31/12/2013		30/09/2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Provisão de Juros	Saldo final
<b>Não circulante</b>						
Cíveis e administrativos	359	312	(293)	(164)	38	252
Trabalhistas e previdenciários	340	67	16	(240)	147	330
	<u>699</u>	<u>379</u>	<u>(277)</u>	<u>(404)</u>	<u>185</u>	<u>582</u>
	31/12/2012		30/09/2013			
Movimento em 2013	490	744	-	(669)	14	579

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 568 e R\$ 593 respectivamente (R\$ 111 na esfera cível em 2013).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	30/09/2014	31/12/2013
Cíveis e administrativos	87.542	78.606
Trabalhistas e previdenciários	377	84
	<u>87.919</u>	<u>78.690</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais no montante de R\$ 514 para os processos em andamento.

**15. Provisão de manutenção**

	31/12/2013		30/09/2014			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	22.681	29.940	1.949	(40.564)	546	14.552
Não circulante	58.597	18.554	5.809	-	(546)	82.414
	<u>81.278</u>	<u>48.494</u>	<u>7.758</u>	<u>(40.564)</u>	<u>-</u>	<u>96.966</u>
	31/12/2012		30/09/2013			
Circulante	22.645	3.110	1.734	(21.613)	2.874	8.750
Não circulante	45.757	17.416	4.982	-	(2.874)	65.281
	<u>68.402</u>	<u>20.526</u>	<u>6.716</u>	<u>(21.613)</u>	<u>-</u>	<u>74.031</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a. e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

## Notas Explicativas

### 16. Patrimônio líquido

#### a. Dividendos

Em 25 de março de 2014, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 25.182 correspondentes a R\$ 0,01171 por lote de 1.000 ações à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 26 de março de 2014.

Em 21 de Agosto de 2014, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 26.373 correspondentes a R\$ 0,01227 por lote de 1.000 ações à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 25 de agosto de 2014.

#### b. Lucro por ação básico e diluído

	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido disponível	54.401	164.759	60.842	167.611
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	716.533.334	716.533.334	716.533.334	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais- básico e diluído	1.433.066.666	1.433.066.666	1.433.066.666	1.433.066.666
Média ponderada total de ações - básico e diluído	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R\$	0,02531	0,07665	0,02830	0,07797

### 17. Receitas

	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>
Receitas de pedágio	159.713	483.025	155.809	439.094
Receitas de construção (ICPC 01)	21.780	61.022	13.426	33.374
Receitas acessórias	2.761	8.271	2.629	7.911
<b>Receita bruta</b>	<u>184.254</u>	<u>552.318</u>	<u>171.864</u>	<u>480.379</u>
Impostos sobre receitas	(14.030)	(42.429)	(13.695)	(38.692)
Devoluções e abatimentos	(151)	(526)	(140)	(320)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(14.181)</u>	<u>(42.955)</u>	<u>(13.835)</u>	<u>(39.012)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u><u>170.073</u></u>	<u><u>509.363</u></u>	<u><u>158.029</u></u>	<u><u>441.367</u></u>

## Notas Explicativas

### 18. Resultado financeiro

	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamento e arrendamentos mercantis	(3.580)	(15.230)	(4.136)	(11.800)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.189)	(18.749)
Perda com operações de derivativos	-	-	(4.613)	(9.112)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.627)	(7.758)	(2.183)	(6.716)
Capitalização de custos dos empréstimos	987	2.824	182	756
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	-	-	(871)	(3.935)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(99)	(580)	(28)	(308)
	<u>(5.319)</u>	<u>(20.744)</u>	<u>(18.838)</u>	<u>(49.864)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Varição cambial sobre empréstimo e financiamentos	-	-	6.529	10.204
Ganho com operações de derivativos	-	-	305	12.900
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	-	-	4.645	5.725
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.409	5.420	3.044	6.048
Juros e outras receitas financeiras	127	174	7	41
	<u>1.536</u>	<u>5.594</u>	<u>14.530</u>	<u>34.918</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(3.783)</u>	<u>(15.150)</u>	<u>(4.308)</u>	<u>(14.946)</u>

### 19. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR da Companhia conforme o quadro a seguir:

#### Instrumentos financeiros por categoria

	<u>30/09/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	59.771	-	-	81.449	-	-
Contas a receber	-	2.994	-	-	3.626	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	27.627	-	-	25.194	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(189)	-	-	(572)
Debêntures (a)	-	-	(125.206)	-	-	(236.885)
Fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com o poder concedente	-	-	(25.446)	-	-	(23.223)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(11.246)	-	-	(8.424)
	<u>59.771</u>	<u>30.621</u>	<u>(162.087)</u>	<u>81.449</u>	<u>28.820</u>	<u>(269.104)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

## Notas Explicativas

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/09/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<b>Valor contábil (a)</b>	<b>Valor Justo (b)</b>	<b>Valor contábil (a)</b>	<b>Valor Justo (b)</b>
Debêntures	125.314	126.238	237.305	240.736

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item hierarquia de valor justo, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicações financeiras	59.771	81.449

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2015.

## Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (3)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	125.314	(14.461)	(18.091)	(21.727)
<b>Efeito líquido</b>				<u>(14.461)</u>	<u>(18.091)</u>	<u>(21.727)</u>
A taxa de juros considerada foi (1):						
	CDI (2)			10,81%	13,51%	16,22%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (02) e (03) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2014, divulgada pela CETIP;
- (3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

### 20. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 15.000;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhorias – R\$ 61.858;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 25.000;
- Perda de receita – R\$ 53.275.
- Cobertura para veículos – para danos materiais de R\$ 53.500 (R\$ 500 por veículo), danos morais de R\$ 10.700 (R\$ 100 por veículo), para equipamentos R\$ 4.111 (R\$ 81 por veículo), para acidentes pessoais por passageiro de R\$ 510 (R\$ 30 por veículo), para indenização integral e perda parcial do veículo de R\$ 14.930 (R\$ 70 por veículo) e para danos de cobertura total de R\$ 17.000 (R\$ 1.000 por veículo).

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 302.530, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

### 21. Compromissos vinculado ao contrato de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de setembro de 2014 esses compromissos totalizavam R\$ 1.143.199 (R\$ 1.250.802 em 31 de dezembro de 2013) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

## Notas Explicativas

### 22. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que afetaram o caixa devido aos pagamentos ocorridos e as transações que não afetaram o caixa pelas compras a prazo; cujos ajustes foram efetuados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios de 2014 e 2013:

	<u>30/09/2014</u>
Fornecedores partes relacionadas	(1.854)
Fornecedores	<u>(288)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(2.142)</b>
Aquisição de ativo intangível	<u>2.142</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>2.142</b>

### 23. Eventos subsequentes

Em 15 de outubro de 2014, a RodoNorte realizou a 4ª emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 130.000, as quais serão remuneradas a IPCA + 5,6910 % a.a. O principal será pago no vencimento e os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2015 até o vencimento, em 15 de outubro de 2019. A emissão não conta com garantias.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

Ponta Grossa – PR

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b, a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajuste de tarifas de pedágio. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes, que seriam necessários em caso de resolução desfavorável. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU João Rafael Belo de Araújo Filho

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 246752/O-6



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014.

Ponta Grossa, 27 de outubro de 2014.

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014.

Ponta Grossa, 27 de outubro de 2014.

JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor Operacional